

PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº.5.427, DE 2023

PROJETO DE LEI Nº 5.427, DE 2023

Aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Autor: Deputado GUTEMBERG REIS

Relatora: Deputada IZA ARRUDA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 5.427, de 2023, de autoria do ilustre Deputado GUTEMBERG REIS, pretende acrescentar parágrafo terceiro ao art. 12-C da Lei Maria da Penha, para que, caso haja risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o agressor será imediatamente afastado do lar, e, nesse caso, a medida protetiva será cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica. Além disso, o dispositivo de monitoração deverá ser vinculado a aplicativo de telefone celular que alerte a vítima de eventual aproximação ilícita do agressor.

Na justificação, o nobre parlamentar embasa a proposição na necessidade de fortalecer o instituto da medida protetiva como instrumento eficaz de combate à violência doméstica contra a mulher.

A matéria foi despachada às Comissões de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, Comissão de Finanças e Tributação, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.



Foi aprovado requerimento de urgência, estando a matéria pronta para apreciação em Plenário.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

Considero meritório e oportuno o projeto ora examinado, tendo em vista que é necessário fortalecer, aprimorar e uniformizar a aplicação das medidas protetivas de urgência, mormente quando houver risco à integridade física ou psicológica da vítima ou seus dependentes e o agressor for afastado do lar.

Nesse caso, o agente será submetido a monitoramento eletrônico, e a vítima terá em seu aparelho celular aplicativo que avisará a ofendida da aproximação indevida do agressor.

Infelizmente, as medidas protetivas de afastamento do agressor nem sempre garantem a proteção das vítimas de violência doméstica. Diuturnamente, feminicídios são cometidos por agressores com determinação legal de se afastarem das vítimas.

Saliente-se que a providência objeto da matéria em análise promove a prevenção da reincidência da violência. O monitoramento eletrônico é um instrumento eficaz de controle da localização do agressor.

Outrossim, a instalação de aplicativo nos celulares da vítima representa um notável avanço. Tal medida garante que todas as vítimas tenham acesso equânime a recursos de segurança essenciais à sua proteção.

Saliente-se que consideramos mais adequado prever que a medida protetiva “poderá ser cumulada” com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica, em vez de “será cumulada”. Isso porque a autoridade judicial julgará, no caso concreto, o que é mais conveniente. Destarte, tal mudança consta no Substitutivo anexo.

Registre-se que o projeto de lei em tela atende aos pressupostos de constitucionalidade referentes à competência da União para



legislar sobre a matéria, bem como à iniciativa parlamentar para apresentação de proposta sobre o tema, nos moldes traçados pelos arts. 22 e 61 da Constituição Federal.

Da mesma forma, a proposta não afronta as normas de caráter material constantes da Carta Magna, tampouco os princípios e fundamentos que informam nosso ordenamento jurídico.

A técnica legislativa, de modo geral, atende aos ditames da Lei Complementar nº 95/98.

Em síntese, a proposta sob exame representa um instrumento legal que atende aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, promovendo a otimização da proteção das vítimas de violência doméstica. As modificações propostas favorecem a celeridade na resposta do Estado, a prevenção de reincidências e a justiça social, reforçando, assim, os fundamentos da Lei Maria da Penha.

Relativamente à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do projeto, nosso voto é favorável à matéria.

II.1 - Conclusão do voto

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.427, de 2023.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 5.427, de 2023.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.427, de 2023, com o Substitutivo ora apresentado.



Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada IZA ARRUDA
Relatora

2023-21477

Apresentação: 06/12/2023 19:12:36.310 - PLEN
PRLP 2 => PL 5427/2023

PRLP n.2



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD231441115200>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Iza Arruda



PARECER DE PLENÁRIO PELAS COMISSÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO, DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA AO PROJETO DE LEI Nº.5.427, DE 2023

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 5.427, DE 2023

Aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei aprimora a aplicação de medida protetiva, alterando a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Art. 2º O art. 12-C da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte parágrafo:

“Art. 12-C.
.....

§3º Nos casos previstos neste artigo a medida protetiva poderá ser cumulada com a sujeição do agressor a monitoração eletrônica. O dispositivo de monitoração deverá ser vinculado a aplicativo de telefone celular que alerte a vítima de eventual aproximação ilícita do agressor.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputada IZA ARRUDA
Relatora

